

Para Exmo(s) Sr(es):
Câmara Municipal de Sines
Largo Ramos da Costa, 21 A

7520-159 Sines

Beja 10 janeiro 2017

Assunto: Procedimento ajuste direto para aquisição trator agrícola novo.
Nº2017/300.10.005/9

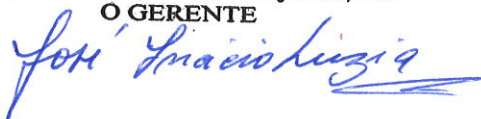
Em relação ao procedimento supra mencionado junto anexamos seguintes documentos:

- Anexo 1 do CCP.
- Condições gerais e de preço venda.
- Especificações técnicas principais do bem

Sem outro assunto
De V. Exas

Irmãos Luzias - Máquinas Alfaias Agrícolas, Lda.

O GERENTE



Especificações técnicas do modelo proposto referente a procedimento nº2017/300.10.005/9
Ajuste direto aquisição trator agrícola novo para Câmara Municipal de Sines

MEMORIA DESCRITIVA TRATOR AGRICOLA

Marca CASE IH modelo FARMALL C 95

MOTOR

- Marca.....CASE IH/FPT
- Nivel emissões.....Tier 3
- Nº cilindros.....4
- Nº válvulas por cilindro.....2
- Cilindrada.....3400 cm3
- Potência95 cv

TRANSMISSÃO

- 12 X 12 sincronizada com inversor mecânico ao volante

TOMADA FORÇA

- 540 rpm

SISTEMA HIDRAULICO

- Caudal circuito principal.....48,0 L/Min
- Pressão bar circuito principal.....190 bar
- Numero válvulas remotas traseiras....4 (2 conjuntos)
- Válvula travão para reboque
- Direcção hidraulica

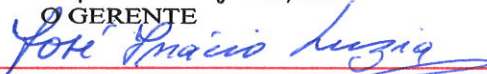
OUTROS EQUIPAMENTOS DO MODELO PROPOSTO

- Contra pesos frontais
- Tracção accionada hidraulicamente
- Sinal luminoso (pirilampo) laranja
- Cinto segurança operador
- Coluna direcção ajustável
- Pneus frente 380/70R20 trás 480/70R30
- Cabine rops/fobs com ar condicionado e rádio

Beja, 10 janeiro 2017

Irmãos Luzias - Máquinas Alfaias Agrícolas, Lda.

O GERENTE



Rua D. Afonso III, 43 - Apartado 340 * 7801 - 904 BEJA * Tel. Geral: 284 326 111 - Fax: 284 324 601 * Email: administrativo@irmaosluzias.pt
Peças: 284 312 312 * Email: pecas@irmaosluzias.pt | Oficinas: 284 312 313 * Email: oficina@irmaosluzias.pt

Condições gerais e Preço venda referente a procedimento nº2017/300.10.005/9

Ajuste direto aquisição trator agrícola novo para Câmara Municipal de Sines

A Irmãos Luzias- Maquinas e Alfaias Agrícolas Lda com sede em Rua D Afonso III, nº43 em Beja, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de ajuste direto para contratação da prestação de serviços de fornecimento de "trator agrícola novo" a que se refere o convite de ajuste direto nº 2017/300.10.005/9, obriga se a executar o referido objecto contratual de harmonia com as condições patenteadas, pelo valor de 40.000,00€, são: Quarenta Mil Euros, ao qual acresce imposto sobre o valor acrescentado á taxa legal em vigor de 13% cujo valor é de 5.200,00€, são: Cinco Mil e Duzentos Euros. Perfazendo o valor total de 45.200,00€, são: Quarenta e Cinco Mil e Duzentos Euros.

Condições pagamento: Até 60 dias data da fatura.

Validade da proposta: 66 dias a partir de hoje.

Prazo entrega: Uma a duas semanas após adjudicação.

Garantia: 24 meses sem limite de horas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Beja 10 janeiro 2017

Irmãos Luzias - Máquinas Alfaias Agrícolas, Lda.

O GERENTE



Rua D. Afonso III, 43 - Apartado 340 * 7801 - 904 BEJA * Tel. Geral: 284 326 111 - Fax: 284 324 601 * Email: administrativo@irmaosluzias.pt
Peças: 284 312 312 * Email: pecas@irmaosluzias.pt | Oficinas: 284 312 313 * Email: oficina@irmaosluzias.pt

DECLARAÇÃO

1 – José Inácio Luzia titular do bilhete de identidade nº 1000827 residente no Largo do Mercado Municipal, 1º em Beja na qualidade de representante legal de IRMÃOS LUZIAS-MÁQUINAS E ALFAIAS AGRÍCOLAS LDA com sede na Rua D. Afonso III nº43, NIF 501160817, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do “procedimento por ajuste directo com a refª 2017/300.10.005/9, para aquisição de UM TRATOR AGRICOLA NOVO, declara sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas:

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de preço
- b) Indicação características técnicas e garantias da viatura
- c)
- d)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº1 do artigo 21º do DL433/82 de 27 de Outubro, no artigo 45º da lei 18/2003 de 11 Junho e no nº1 do artigo 460º do código dos contratos publicos;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº1 do artigo 627º do código do trabalho;

- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de imposto e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado membro da União Europeia de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a);
- I) Os seus órgãos de gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
- I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do artigo 2º da Acção Comum n.98/773/JAI, do Conselho
 - II) Corrupção, na acepção do artigo 3º do acto do conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº1 do artigo 3º da acção comum 98/742/JAI do conselho;
 - III) Fraude, na acepção do artigo 1º da convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias;
 - IV) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da directiva nº91/308/CEE, do Conselho de 10 Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- J) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão das propostas apresentadas pela caducidade de adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do código dos contratos públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº4 desta declaração;

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe sejam imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Beja, 10 de janeiro de 2017

Irmãos Luzias - Máquinas Alfaias Agrícolas, Lda.

O GERENTE

João Márcio Luzias

Rua D. Afonso III, 43 - Apartado 340 * 7801 - 904 BEJA * Tel. Geral: 284 326 111 - Fax: 284 324 601 * Email: administrativo@irmaosluzias.pt
Peças: 284 312 312 * Email: pecas@irmaosluzias.pt | Oficinas: 284 312 313 * Email: oficina@irmaosluzias.pt